

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.940 - BA (2019/0166049-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : AUGUSTO CEZAR BURGOS DA SILVA JUNIOR

**ADVOGADO : JAIRO DAS VIRGENS DO NASCIMENTO JUNIOR -
BA043769**

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

AUGUSTO CEZAR BURGOS DA SILVA JÚNIOR alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, no HC n. 8004443-76.2019.8.05.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, junto com outra pessoa, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006. Em 27/2/2019, a custódia foi convertida em prisão preventiva.

Nesta Corte, a defesa sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, motivo pelo qual requer, inclusive liminarmente, a revogação da custódia cautelar.

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, **não identifico manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

O Juízo de primeiro grau, ao converter o flagrante em prisão preventiva, assim consignou:

De fato, o referido flagrantado, que não reside nem tem nenhum parente nesta cidade, segundo informou no depoimento prestado no dia d hoje, foi apreendido na posse de 26 (vinte e seis) pinos plásticos contendo cocaína 12 (doze) trouxas de "maconha". As circunstâncias da prisão e a quantidade de drogas não denotam que ele portasse as referidas drogas para uso próprio. Presente o *fumus commissi delicti*. Quanto ao *periculum libertatis*, **o flagrantado responde por três ações penais na comarca de Salvador, uma por crime de porte de armas, outro por roubo e um pelo mesmo crime**

pelo qual foi desta vez preso em flagrante. Verdadeiramente, como disse o defensor, o flagranteado é tecnicamente primário, pelo menos não há notícia de que ele tenha sido condenado por qualquer um destes processos, no entanto, **a existência das ações penais movidas contra ele dão ensejo à compreensão de que possa estar reiterando na prática criminosa, justamente aquilo que a prisão preventiva para a garantia da ordem pública busca evitar.** Assim, não verifico que seja possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão em relação a ele. Por todo o exposto, [...] decreto a prisão preventiva de Augusto Cezar Burgos da Silva Júnior, já qualificado, com fundamento nos arts. 311 e 312 do CPP, a fim de que seja garantida a ordem pública" (fl. 50, destaquei).

Tais circunstâncias, ao menos a um primeiro olhar, evidenciam a periculosidade do réu e o risco concreto de reiteração delitiva, a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública.**

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, em especial o envio de notícias atualizadas acerca do andamento do processo, acompanhada de eventuais decisões proferidas nos autos e de cópia da folha de antecedentes criminais do recorrente.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**